



O PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL- PSPN E A VALORIZAÇÃO DOCENTE NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT

Robert Kennedy dos Santos Melo¹

Marilda de Oliveira Costa²

INTRODUÇÃO

As políticas públicas têm implicações incisivas e decisivas em nossas vidas. Não obstante, as políticas educacionais cumprem função singular às condições e manifestações concretas da educação em nossa sociedade. As políticas públicas de educação certamente permeiam a possibilidade de existência de outras políticas sociais que juntas tem importância e capacidade ímpar de promover sociedades mais justas, menos desiguais e, porque não, mais humanas.

Em igual medida ancora-se a política de valorização docente que, quando menos, devem proporcionar e subsidiar as condições necessárias a uma carreira atrativa, que apresente elementos constitutivos sólidos, alicerçados nos pilares principais da valorização: Salário digno; condições materiais e psicológicas adequadas ao exercício da função; e Plano de Cargos Carreiras e Salários- PCCS revisados e atualizados. Sendo a política pública de educação primordialmente capaz de promover condições de construção das demais políticas sociais, os ataques a elas, de forma alguma, poderiam ser em medida desproporcional. E, assim, os ataques a educação tem se multiplicado, tomando variadas formas, sempre empreendidos no bojo da ideologia neoliberal, que vê na educação pública uma fonte inesgotável de lucros.

1 Pós-graduado em Educação. Professor licenciado em Pedagogia pela Universidade do Estado do Mato Grosso, do município de Cáceres-MT. E-mail: robertkennedysm@hotmail.com.

2 Doutora em Educação pela UFRGS, pós doutoramento em Ciência da Educação na especialidade administração escolar, na Universidade do Minho, Portugal. Professora titular da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), na cidade de Cáceres-MT. E-mail: marilda.costa@unemat.br.



E, se o neoliberalismo não nasceu aqui na América Latina, isso não torna seus efeitos atenuados, do contrário, sua capacidade destrutiva e corrosiva para com o Estado de bem-estar social é arraigada de forma muito singular nos países que compõem este. Consequentemente, na esteira da acumulação capitalista, a hegemonia da ideologia mercantilista, a qual tudo se resume a produtos es clientes, tem cada vez mais proposto a desregulamentação estatal, bem como a descentralização como medidas necessárias para o “salto de qualidade da educação”, criando assim o caminho necessário para o mercado da educação. Algo similar, guardadas as proporções, aconteceu nos Estados Unidos e na Inglaterra ainda na década de 1980, quando o presidente Ronald Reagan prometia em seu programa eleitoral “[...] desregulamentar a escola pública, extinguir o Departamento Federal de Educação e acabar com busing (miscigenação escolar)” (LAVAL, p.111,2020).

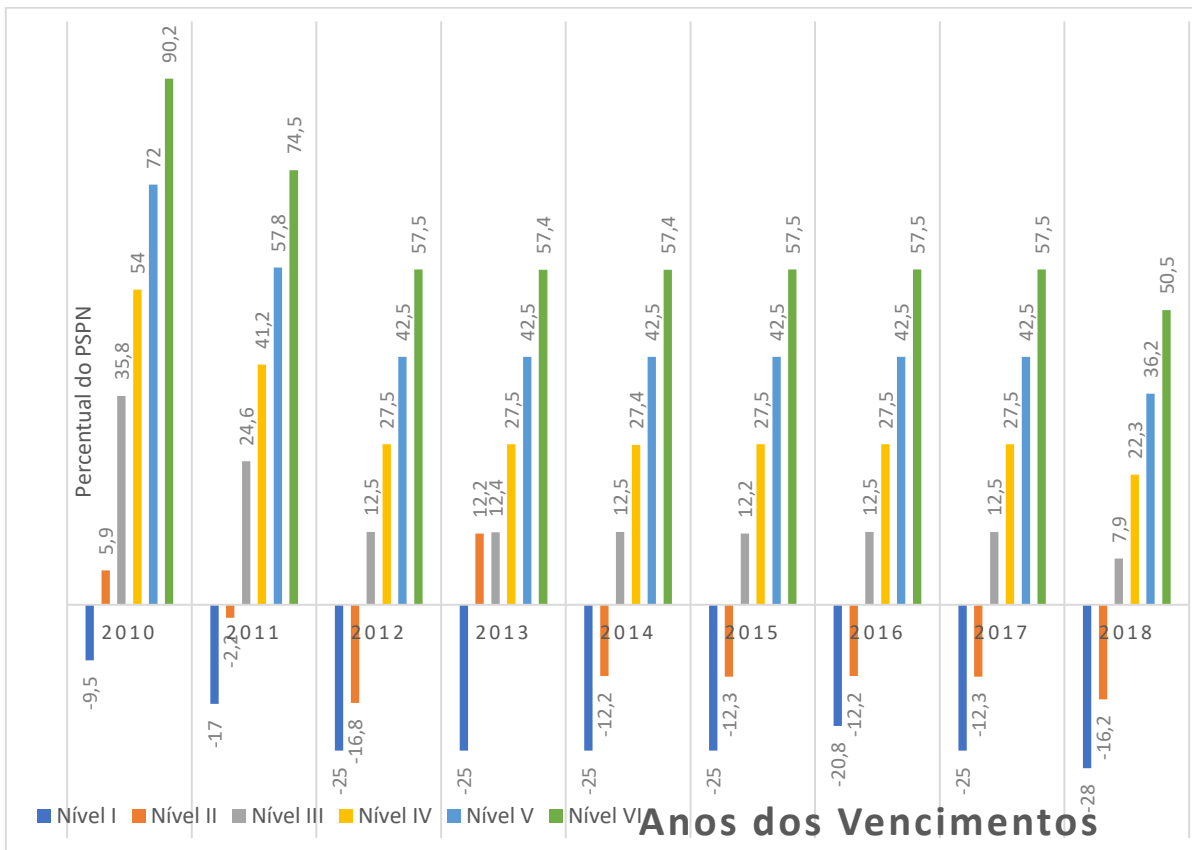
Desta mesma forma, a política educacional tem sido organizada e reorganizada no Estado brasileiro, mesmo que em breve momentos tenham havido rupturas e inflexões, essas não mudaram o curso tomado. Não obstante, a situação nos estados e municípios da federação, tem se desenhado a mesma prática. Isso, claro, coloca a pesquisa social, mais ainda o pesquisador em educação, em uma necessidade maior de investigar os efeitos nefastos por estas provocadas. Nesta necessidade, a propositura de pesquisa de estudo de caso no município de Cáceres-MT, buscou-se uma análise substancial de possíveis alterações nos salários e na carreira dos professores da Rede Municipal de Ensino, no advento da aprovação e implementação da Lei nº 11.738/2008 – Piso Salarial Profissional Nacional- PSPN, bem como outros aspectos determinantes a valorização dos profissionais da educação observados no PCCS entre os anos de aprovação da Lei do Piso Nacional e o ano de 2018.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No que concerne a valorização salarial a análise das tabelas entre os anos de 2010 a 2018, demonstraram um achatamento dos salários pagos pelo

executivo municipal ano após ano aos profissionais da educação municipal. Como pode ser observado na tabela abaixo:

Gráfico 01: Análise dos reajustes salariais dos professores do município de Cáceres-MT nos anos de 2008 a 2018.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base nos dados coletados durante a pesquisa.

Por meio da análise das tabelas salariais, é possível identificar um achatamento salarial nos reajustes do piso, — indicando que o executivo municipal entende que piso pode e deve ser teto —, e a ocorrência da não liberação, com ônus ao ente federado, para formação continuada de professores.

Verificamos também que o PCCS está demasiadamente defasado, já que foi aprovado no ano de 2008. E, também, verificamos que durante o período da pesquisa não houve liberação, de forma remunerada, aos professores para formação continuada em stricto sensu.



Tabela 01: Cáceres-MT: Total de Professores efetivos/concursados com pós-graduação entre os anos 2011 a 2018

Ano: Nível formação:	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Especialização	125	112	106	96	94	96	92	161
Mestrado	03	01	01	01	02	02	02	09
Doutorado	0	0	0	0	0	0	0	01

Fonte: Laboratório de Dados Educacionais (LDE)

Conforme os dados apresentados na tabela, é possível verificar que o número de professores efetivos da Secretaria Municipal de Educação, com nível de Especialização, teve tímido aumento de 2011 a 2018 somando um total de 36 (trinta e seis) professores a mais com especialização quando comparamos o período. Já em nível de Mestrado, esse aumento mostrou-se ainda menos significativo, com um total de 06 (seis) professores com essa titulação. Em nível de Doutorado os números são ainda piores, com apenas 01 (um) professor com essa titulação durante o interstício pesquisado.

Já os resultados obtidos na entrevista com os sujeitos envolvidos na construção e promoção das políticas de educação do município categoricamente reforçam também o descumprimento para com a necessidade de valorização por viés da formação inicial e continuada de professores, uma vez que o executivo municipal, não somente deixou de incentivar os profissionais a tal prática, mas gerou empecilhos contundentes ao negar a licença para formação e qualificação com ônus para o município. Ainda, com base nos dados da entrevista, os professores do município sofrem com desvios de função, doenças ocupacionais e a incerteza de provimento de novas vagas advindas por concursos público, uma vez que a o executivo municipal tem optado por promover processos seletivos.

CONCLUSÕES

O resultado da pesquisa indica um alinhamento estrito entre a macro e



micropolítica, evidencia e caracteriza o enraizado ideário neoliberal que se projetou na política do Estado brasileiro no bojo das reformas pós anos 1990. Os efeitos nefastos propagados na política educacional, cada dia mais dilaceram e precarizam os trabalhadores da educação e o ensino de forma ampla. Com uma capacidade extravagante, as políticas de desmonte da educação, com uma materialidade substantivamente capaz de dar fim a educação como projeto de sociedade construída em bases solidarias e democráticas têm se intensificado nos últimos anos.

Ao que concerne os outros aspectos diretos e determinantes para a valorização dos professores, a pesquisa documental, bem como a própria pesquisa empírica realizada neste estudo, revelou contradições imperativas quanto a carreira. Isso porque, conforme os documentos analisados, em particular o PCCS, as respostas de ambos os entrevistados, apontaram para um descaso com a necessidade de reformulação e atualização da estrutura da carreira. Também é possível identificar o descumprimento para com a necessidade de valorização pelo viés da formação inicial e continuada de professores, uma vez que o executivo municipal, não somente deixou de incentivar os profissionais a tal prática, mas gerou empecilhos contundentes ao negar a licença para formação e qualificação com ônus para o município.

Desta feita, mostra-se bem configurada a cartilha neoliberal de sucateamento dos bens públicos, reduzindo-os a condição de serviço, precarizado, a fins de transformá-lo em mercadoria. Esse ideário, é claro, tem origens na forma com a qual o neoliberalismo compreende a sociedade como a própria organização empresarial, deste modo, segundo Chaui (2018, apud FREITAS, 2019, p. 49) “apagando a historicidade das instituições e transformando-as em mini organizações empresarias de prestação de serviços – saúde, segurança, previdência etc.” Cabe a cada profissional da educação, definitivamente comprometido com a manutenção de uma educação pública, de qualidade e, acima de tudo, democrática, permanecer resistente e persistente na luta constitutiva dessa necessidade inequívoca a nossa sociedade.



REFERÊNCIAS

FREITAS, Luis Carlos. **A reforma empresarial da educação: Novas direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular. 2018.

Laboratório de Dados Educacionais. Disponível em:
<<https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#indicadores/auxiliares>>.
Acessado em 18 abr. 2020.

LAVAL, Chistian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2020.